

O ÓCIO AUTOTÉLICO

Manuel Cuenca Cabeza¹

RESUMO: No momento em que apenas parece existir a pesquisa empírica, a proposta deste artigo é responder a uma pergunta puramente reflexiva, por sinal muito importante para o ser humano, uma vez que costumeiramente não se sabe como respondê-la de forma objetiva: o que é o ócio? Depois de muitos anos de estudos e aprofundamento no termo, o autor encontra encaminhamentos para a resposta, analisando o conceito de *ócio autotélico*, termo que deve ser diferenciado de outros que, normalmente, confundem o ócio com o tempo livre e lazer. Após uma introdução contextual, a reflexão concentra-se nas raízes do significado desse conceito na obra de Aristóteles, presente no pensamento clássico posterior, e atualizado para o nosso tempo por importantes pensadores dos séculos XX e XXI. As páginas a seguir apontam os traços essenciais desse tipo de ócio que, graças às adaptações realizadas desde o século passado, seguem vigentes e nos convidam a viver um ócio orientado para a felicidade e para o desenvolvimento humano.

PALAVRAS-CHAVE: ócio, ócio autotélico, ócio aristotélico, felicidade.

ABSTRACT: In a time when only empirical research seems to have the right to exist, this article asks a purely reflexive question that is important to the human being and that we often do not know how to answer: what is leisure? After many years studying and deepening into the topic, the author finds an answer by analyzing the concept of autotelic leisure, a term that must be distinguished from other words currently applied to leisure, free time or recreation. After a contextual introduction, the reflexion focuses on the roots of this concept in Aristotle's work, present in classical thought and updated for our time by relevant thinkers of the 20th and 21st centuries. The text deals with the essential features of this kind of classical leisure, which, thanks to the adaptations undertaken since the last century, still remain valid and invite us to orient leisure towards happiness and human development.

KEYWORDS: leisure, autotelic leisure, aristotelic leisure, happiness.

¹ Catedrático de Pedagogía na Universidad de Deusto, onde exerce docência no campus de Bilbao. Sua atividade docente se concentra no Programa de Doutorado "Ocio y Desarrollo Humano", el Máster en Dirección de Proyectos de Ocio, Cultura, Turismo, Deporte y Recreación y en el Máster en Organización de Congresos, Eventos y Ferias. mcuenca@deusto.es

INTRODUÇÃO

Há muitos anos, quando começava a estudar o significado do fenômeno do ócio, recorro que me chamou a atenção uma citação de Sabastian de Grazia na edição de seu livro *Tiempo, trabajo y ocio*, de 1966. Comentava o autor que, se alguém lhe perguntasse por que é tão difícil distinguir o ócio do tempo livre e de outros conceitos afins, ele responderia que “o ócio não pode existir onde não se sabe o que ele é” (DE GRAZIA, 1966, p. 19). Naquela ocasião, gostei muito da frase e me lembro de ter ficado surpreendido e um pouco confuso, mas creio que, apenas agora, passado muito tempo, compreendo sua verdadeira dimensão. Cinquenta anos depois, encontro-me em uma situação semelhante à de De Grazia, e a antiga afirmação do autor permanece atual.

Quando falamos de ócio em nossa sociedade, continuamos sem compreendê-lo. São múltiplos e numerosos os usos e significados da palavra “ócio”. É um termo que se utiliza com distintas denominações e acepções nas mais diversas línguas. Nesse caso, ainda que atentos ao conteúdo discutido, é possível que não estejamos nos referindo ao mesmo ócio, ainda que estejamos a pensar no fenômeno. Certamente, a reflexão de De Grazia segue viva e nos interpela em nossos dias porque, de fato, o ócio e, em maior medida, o verdadeiro ócio (autotélico), não pode existir onde não se sabe o que ele é.

DAS PRÁTICAS DE LAZER AO ÓCIO AUTOTÉLICO

Iniciaremos retomando o que considero uma primeira aproximação do conceito de ócio com palavras que tenho utilizado recentemente em diversas publicações (CUENCA, 2013, 2014). Podemos assinalar que, num primeiro momento, é possível afirmar que as atividades de lazer são todas aquelas que as pessoas realizam com a ideia de que são empreendidas de forma livre, sem uma finalidade utilitarista e fundamentalmente porque sentem prazer realizando-as. O ócio não pode ser entendido como tempo, nem como um conjunto de atividades que se denominam como tal, mas sim como uma atitude pessoal e/ou comunitária que tem sua raiz na motivação e no desejo. O ócio torna-se realidade no âmbito subjetivo, mas também se manifesta como fenômeno social.

Essa visão ampla de ócio está na base de todas as demais, e pode-se dizer que ela é acessível às pessoas, uma vez que, ao longo da história da

humanidade, tem estado presente no jogo, na festa, no usufruto da cultura e em outras manifestações.

De Grazia se preocupava com a confusão que existia em sua época – e que em muitos países se mantém até hoje – entre ócio, tempo livre e lazer. Ele deixou claro muitas vezes que tais conceitos residem em âmbitos diferentes, especificando que todas as pessoas podem ter tempo livre, lazer, e não necessariamente ócio. E não há nada mais correto, já que o tempo livre, enquanto conceito sociológico, é uma conquista própria da sociedade industrial, uma ideia realizável, ao passo que o ócio é um ideal e não apenas uma ideia. O tempo livre, afirmava De Grazia (1966), refere-se a uma modalidade calculável de tempo; o ócio é uma forma de ser, uma condição humana que é desejada, mas pouco alcançada.

Esse modo de entender o ócio não é exclusivo de Sebastian De Grazia, e sim um pensamento compartilhado com outros intelectuais de seu tempo. Joseph Pieper afirmava que “o ócio é um estado da alma” e “uma atitude de percepção receptiva, da imersão intuitiva e contemplativa do ser” (PIEPER, 1962, p. 45). Tenho compilado textos destes e de outros autores dessa época no livro por mim organizado *Que es el ocio?* (CUENCA, 2009), ampliado depois em *Zer da Aisia?* (CUENCA, 2012), e com comentários mais detalhados em *Ocio valioso* (CUENCA, 2014).

Todos eles tiveram uma forte influência no desenvolvimento dos Estudos do Ócio na segunda metade do século XX, além do que são autores que conhecem em profundidade o pensamento dos autores clássicos que discorrem sobre ócio. Podemos dizer que tanto De Grazia e Pieper quanto Laín Entralgo, López Aranguren, Kriekemans, Dumazedier, Norbert Elias e Erich Weber – para citar apenas alguns nomes de relevância – foram grandes humanistas e eminentes pensadores. Seu denominador comum reside na teorização do ócio moderno a partir do pensamento clássico, que todos eles conheciam perfeitamente. Sem esse conhecimento das raízes do fenômeno do ócio, seria difícil abordar hoje o conceito de ócio autotélico e sua significação, que é o objetivo principal deste artigo.

O exercício do ócio autotélico se fundamenta na ocupação desinteressada, livre e prazerosa, como veremos no decorrer destas páginas. Em um passado não muito distante, o ócio era considerado primordialmente como lazer, ou seja, tempo disponível para outras atividades uma vez terminado o trabalho. Até os anos 60 do século XX, a propósito, grande parte das pessoas pensava o lazer como “tempo livre”, muito mais do que como uma prática de determinadas atividades. Esta noção generalizada era o reflexo de um modo de pensar que dava às práticas de lazer certa legitimidade funcional, considerando-as dependentes do tempo do trabalho. Tal situação propiciou o desenvolvimento do entretenimento e da diversão em massa, que passaram a se converter em um negócio internacional de crescente interesse. É nesse contexto que se faz necessário diferenciar práticas de lazer e ócio autotélico.

Partimos da constatação de que, para muitas pessoas, o lazer é simplesmente uma prática de atividades divertidas e descomprometidas com as obrigações. Do nosso ponto de vista, por outro lado, o ócio autotélico convoca o compromisso pessoal, que acontece quando tomamos consciência do caráter diferencial da prática da atividade e imergimos em um processo consciente de desenvolvimento. Daí que nossa consideração inicial de ócio começa nesse âmbito, a partir do qual pudemos chegar ao amadurecimento de algumas ideias.

Consideradas essas premissas, podemos adiantar que entendemos o ócio autotélico como uma experiência vital, um âmbito de desenvolvimento que, partindo de uma determinada atitude, descansa em três pilares essenciais: livre escolha, fim em si mesmo (autotelismo) e realização e satisfação pessoal. O ócio autotélico se diferencia claramente das práticas de lazer generalizadas pela consciência e pelo livre envolvimento por parte de quem o experimenta. Acreditamos que sua realização se dá de um modo diverso e múltiplo, através das dimensões lúdica, ambiental-ecológica, criativa, festiva e solidária (CUENCA, 2000). Esses diferentes âmbitos de realização são de especial interesse para nos aproximarmos de um conhecimento objetivo sobre o fenômeno em pauta.

Diferentemente de outros modos de entender o fenômeno recreativo, o estudo do ócio autotélico se preocupa, antes de tudo, com o aprofundamento da experiência que o faz possível. Por isso seu conhecimento está arraigado na vivência, na qual o que mais importa não é a atividade que se realiza, e sim a experiência subjetiva, livre, satisfatória e autônoma.

Dessa forma, o ócio autotélico é entendido como uma experiência demarcada em um tempo processual, integrada a uma dimensão de valores e vivida de um modo essencialmente emocional, que, apesar de destituída do caráter obrigatório, está condicionada pelo entorno em que se vive.

Venho afirmando que o ócio autotélico corresponde ao verdadeiro ócio, o único que se faz real na vivência de cada um de nós. Por essa razão, ele constitui uma importante experiência vital, um âmbito para o desenvolvimento humano que parte de uma atitude positiva e induz a uma ação criativa. Termos como *negócio*, *consumo*, *educação formal*, *vício*, *ociosidade*, *preguiça*, *divertimento* etc. seguramente não guardam relação com o ócio autotélico.

ARISTÓTELES E AS BASES DO ÓCIO AUTOTÉLICO

O ócio autotélico do qual estamos falando possui sua raiz na tradição clássica que comentávamos no início, especialmente no pensamento aristotélico. Em uma época de crise na qual a falta de trabalho é uma das preocupações fundamentais dos cidadãos, ainda assim falar sobre ócio se

mostra oportuno, tanto porque se trata de um tema de interesse social, como porque – mesmo que possa soar estranha – a afirmação “a civilização ocidental é filha do ócio” (SEGURA; CUENCA, 2007, p. 11) é, de fato, uma verdade esquecida. O ócio clássico foi uma realidade que propiciou o desenvolvimento do conhecimento e da educação, criando os fundamentos do desenvolvimento das ciências e do conhecimento racional.

A limitação destas páginas me leva a centrar-me no que poderíamos considerar como a raiz nuclear do ócio autotélico. Essa raiz é o pensamento de Aristóteles, um dos mentores da filosofia helenística e do pensamento clássico posterior. Aristóteles afirmava que o ócio é o princípio de todas as coisas, uma vez que ele se volta para alcançar o fim supremo do homem, que é a felicidade (ARISTÓTELES, 1988).

O termo grego *skholé* – do qual derivaram o termo latino *schola* e seus afins – fazia referência à ocupação e ao estudo, aqui entendidos em seu sentido mais nobre, como exercício da contemplação intelectual do belo, do verdadeiro e do bom. Posto isso, o ócio de que tratava Aristóteles se referia à ação humana não utilitária, através da qual a alma alcança sua mais alta e distinta nobreza, o horizonte adequado para tornar real a felicidade que é própria do homem enquanto ser dotado de inteligência e liberdade.

A importante elaboração conceitual do ócio clássico presente no pensamento de Aristóteles teve e segue tendo uma influência transcendental. Como assinala Maria Luisa Amigo (2008) sobre o referido pensador, “convergem em Aristóteles o interesse por todas as dimensões da experiência humana e a análise detida que ele realiza sobre os temas aos quais se volta” (p. 107). Nas páginas que se seguem, abordaremos três fundamentos essenciais do seu modo de entender o ócio autotélico: a orientação para a felicidade, a autonomia como âmbito diferenciado e, finalmente, o exercício da inteligência.

A ORIENTAÇÃO PARA A FELICIDADE

O ócio de que tratava Aristóteles se referia à ação humana como meio para se alcançar o fim supremo do ser humano, ou seja, sua realização pessoal e a felicidade que lhe é própria. Esse ócio permitiria ser forjado em si mesmo e, assim, alcançaria sua mais alta e inerente nobreza.

Em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles reitera a ideia de que a felicidade reside no ócio e escreve a frase – posteriormente tão repetida – “trabalhamos para ter ócio”, da mesma maneira que “fazemos guerra para ter paz”. Não se pode esquecer que no mundo grego a vulgaridade do trabalho manual se contrapunha à dignidade do pensamento teórico próprio do ócio. Para o homem livre, não era indigno produzir objetos, criá-los por vontade própria, pelos amigos ou pela excelência, mas era indigno tudo aquilo que

poderia se configurar como fruto do trabalho assalariado ou escravo.

Desse ponto de vista, entendia-se que o ócio era mais importante que o trabalho. Aristóteles defendia então um ócio que era fundamental para a realização humana, sendo preferível ao trabalho, porque o ócio seria o único horizonte adequado para se alcançar a felicidade própria do homem inteligente e livre.

Assim se pode constatar nos seguintes trechos:

Não está claro se devemos praticar disciplinas úteis para a vida, ou praticar as que tendem à virtude, ou as inúteis, já que qualquer uma das posições possui seus partidários. Não há dúvida de que se deve buscar aqueles conhecimentos úteis que são indispensáveis, mas nem todos; estabelecida a distinção entre os trabalhos dignos dos homens livres e os servis, é evidente que se deverá participar daqueles trabalhos úteis que não tornam indignos os que se ocupam deles, e há que se considerar indignos todos os trabalhos, ofícios e aprendizagens que incapacitem o corpo, a alma ou a mente dos homens livres para a práticas e atividades da virtude. Por isso são vis todos os ofícios que deformam o corpo, assim como os trabalhos assalariados, uma vez que estes privam o homem do ócio e degradam a mente. Assim, seria conveniente fazer bom uso do ócio, pois este é o princípio de todas as coisas (ARISTÓTELES, 1988, p. 25-6).

É notório que, para se entender o ócio, faz-se necessário entendê-lo no contexto social e cultural ao qual se encontra integrado. Dessa forma, na Grécia de Aristóteles, aceitava-se a distinção entre pessoas livres e escravas (e essa distinção se relacionava diretamente com as ocupações e os trabalhos desempenhados), sendo que nas ocupações seria possível experimentar o ócio como exercício de liberdade, o que não acontecia no caso do trabalho escravo ou assalariado.

Definitivamente, Aristóteles nos oferece as pautas para compreendermos que o ócio se situa no âmbito do valoroso, do que é bom e desejável para o ser humano, não estando vinculado a um prazer passageiro, imediato, ou a uma satisfação pontual para a pessoa que o vivencia. O ócio está, portanto, relacionado ao desenvolvimento do indivíduo, ao seu florescimento e à sua *eudaimonia*.

ÂMBITO AUTÔNOMO E DIFERENCIADO

Para Aristóteles, o ócio não era algo que permitia ao homem continuar trabalhando, mas sim um fim em si mesmo (daí seu caráter autotélico), o que remeteria à meta e à causa de uma vida feliz. Isso faz do ócio um âmbito de autonomia, aqui diferenciado do trabalho e do jogo, inclusive. Sobre o trabalho, já vimos que, na medida em que fosse assalariado ou manual, tratar-se-ia de uma atividade indigna da pessoa livre. O jogo, ainda que

sem finalidade utilitarista, também se percebe aqui como algo diferente do ócio,

[...] caso contrário o jogo seria também o objetivo final da nossa vida [...] Os jogos devem ser melhor empregados em meio às tarefas, porque o trabalho duro [monótono, repetitivo] requer descanso, e os jogos são utilizados para se descansar [...] Mas o ócio parece conter em si mesmo o prazer, a felicidade e a vida bem aventurada (ARISTÓTELES, 1988, p. 37).

Desse ponto de vista, o ócio não comporta em si a função de descanso ou entretenimento da tarefa pesada – o que é mais inerente ao jogo –, mas volta-se para o alcance do fim supremo do homem, que seria a felicidade. Portanto, convoca-se aqui certo cuidado ao associar o ócio à felicidade, confundindo-o com jogo, associado ao descanso e ao prazer. A distinção entre ócio, associado à felicidade, e jogo, associado ao prazer, deve-se ao fato de que, para se conseguir uma vida feliz, faz-se necessário um comprometimento específico que não se encontra no investimento do jogo. Ressalta-se que o comprometimento investido nas ações rumo ao fim maior da existência parte do melhor do ser humano, e o seu melhor será sempre aquele que resguarda e almeja a felicidade suprema – potencial que se relaciona de modo intrínseco com as experiências de ócio, e não com as atividades de jogo.

Finalmente, qualquer um, tanto o escravo quanto o mais livre dos homens poderá desfrutar dos prazeres do corpo; no entanto, o escravo não poderá alcançar a felicidade sem que para isso goze de liberdade como os outros seres humanos. Porque a felicidade não está nas ocupações, mas sim nas ações advindas do que há de melhor nos seres humanos, ou seja, da virtude (ARISTÓTELES, 1993).

Isso quer dizer que, do ponto de vista aristotélico, o ócio possui em si seu fim maior; é autotélico, pois está à margem do utilitarismo, ao passo que o trabalho é uma ação que se realiza visando a um objetivo externo. Disso podemos afirmar que o prazer, a felicidade e a vida virtuosa não pertencem aos que colocam o trabalho como objetivo último da existência, mas sim aos que perseguem o verdadeiro ócio.

EXERCÍCIO DA INTELIGÊNCIA

Na sua obra *A Política*, Aristóteles defende um ócio que transcende a mera prática de atividades, chegando a identificá-lo em seu grau mais elevado com a *Theoria*, isto é, com o exercício da faculdade especulativa. A prática da *Theoria* reside na contemplação, entendida aqui como exercício intelectual da busca da beleza, da verdade e do bem – três dimensões diferentes, ainda que com alguns elementos em comum.

Para Aristóteles, o ócio é decorrente de uma atitude contemplativa, a única que parece ser de fato desejada, pois nada se extrai dela exceto a própria contemplação. Das atividades práticas, por outro lado, não obtemos nada além dos efeitos da própria ação. A respeito disso, Aristóteles afirma que “a atividade da mente, que é contemplativa e reflexiva, parece ser superior em seriedade, e não aspira a outro fim que não seja ela mesma” (ARISTÓTELES, 1993, p. 21).

O ócio autotélico de Aristóteles é, portanto, um exercício que propicia o conhecimento e não o prazer, ainda que este possa ser decorrente da ação contemplativa inerente à busca pelo conhecimento. O filósofo estabelecia diferença entre o prazer que decorre da atitude autotélica e o prazer que decorre do objeto puro do desejo e complementa afirmando que “das coisas que produzem prazer, umas são necessárias, ao passo que outras são escolhidas pelas vantagens que carregam consigo” (ARISTÓTELES, 1993, p. 24).

Entre as atividades necessárias e imprescindíveis à vida, o filósofo menciona aquelas relacionadas à alimentação, ao sexo e a outras necessidades do corpo; entre as não necessárias (que não são imprescindíveis à vida), ele cita o prestígio, a riqueza e, poderíamos até mesmo acrescentar, as experiências de ócio autotélico – uma vez que não dependemos delas para sobreviver, ainda que nos tornem mais humanos.

Segundo Aristóteles, o prazer maior advém da condição do ser humano íntegro. Nessa perspectiva, Tatarkiewicz orienta que

o ócio tomado no sentido de diversão vulgar não pode ocupar o homem digno de forma satisfatória, pois isso colocaria em questão sua própria dignidade. Mas pode levá-lo a diálogos, que reúne a diversão, o prazer e a beleza moral (1987, p. 155).

Em *A Política*, Aristóteles propõe distância de todas as atividades que privam a mente de ócio e recomenda que “devemos investigar a que devemos dedicar nosso ócio” (1988, p. 35). O filósofo afirma que o melhor prazer do homem é aquele que procede de suas fontes mais nobres, que são aquelas para as quais se deve educar os seres humanos – como é o caso da educação para a música.

Como acertadamente afirmam Jimenez Eguizábal et al. (2014), Aristóteles culmina na valorização platônica do ócio como princípio gestor da vida em liberdade. Apenas vivendo na polis, o homem livre pode alcançar uma vida plena por meio de uma política educativa voltada para o seu desenvolvimento integral. O ócio aristotélico só é possível em um contexto de liberdade; mas a liberdade a que se refere o filósofo apenas é real por meio da educação. Então, é no princípio da educação que voltamos a encontrar a importância do ócio, qual seja, um ócio que convoque o exercício da mente para o desenvolvimento da condição humana. Nesse aspecto, são

consideradas vis todas as ocupações que deformam ou degradam o corpo, privando a mente de ócio.

Sintetizando o que analisamos até aqui, podemos afirmar que o ócio aristotélico se caracteriza do seguinte modo:

a) ele é, em primeiro lugar, aquele que possui sua finalidade em si mesmo por estar orientado para a felicidade. E a felicidade é, em princípio, o objetivo de todas as coisas. Deve-se esclarecer que esse tipo de ócio, como foi assinalado anteriormente, não é possível em um contexto sem liberdade – em um contexto de utilitarismo e sem a educação voltada para o potencial humano;

b) ele possui um caráter específico e diferenciado. Trata-se de um ócio bem distinto do trabalho e do jogo. Conforme já dito repetidas vezes, o ócio autotélico possui um fim em si mesmo. A partir desse pressuposto, vale refletir sobre até que ponto trabalhamos para ter ócio e brincamos para descansar dos trabalhos;

c) ele reside na atitude contemplativa, não utilitarista, associada à Theoria e entendida como exercício intelectual na busca da beleza, da verdade e do bem. No âmbito da teoria, a ação intelectual investida de forma livre na busca pelo conhecimento – seja na filosofia, nas ciências, nas artes etc. – é o horizonte mais elevado do ócio.

É evidente que tais atributos cotidianos do ócio não são os mesmos de nosso tempo, mas não há dúvida de que eles guardam relação com o modo de entender o ócio autotélico comentado aqui. Felizmente, a atualidade do pensamento de Aristóteles não se deve apenas às reflexões que fez para a sua época, mas sim à revisão e às adaptações que se realizaram posteriormente, como veremos a seguir.

CONSIDERAÇÕES ATUAIS SOBRE O ÓCIO

Nessas primeiras páginas, citei diversos autores clássicos que influenciaram os Estudos do Ócio no século XX. Referi-me também ao que podemos encontrar de basilar no pensamento sobre ócio, mais especialmente a partir da contribuição aristotélica.

No século XX, houve uma atualização do pensamento deste filósofo, o que, sem dúvida, culminou em uma releitura do entendimento de ócio naqueles contextos antigos. A estes autores passarei a me referir agora com o intuito de detalhar o modo como se operou a atualização do conceito de ócio.

NO QUE SE REFERE À ORIENTAÇÃO PARA A FELICIDADE

Como foi visto, a partir do pensamento aristotélico o ócio pode ser considerado como uma ação livre, desejada e não utilitária, que acontece em determinados âmbitos espaço-temporais e está orientado para a felicidade de quem o vivencia. Essa forma de entendê-lo segue vigente em nossos dias, resguardando a diferença do que se entende por felicidade. É nessa diferença, aliás, que as opções se multiplicam, e entramos em uma questão complexa e polêmica. Lembremos, contudo, dois possíveis encaminhamentos para os quais se voltam o ócio em nossos dias: a diversão e o desenvolvimento.

Falar sobre ócio e diversão me faz recordar o filósofo e ensaísta espanhol José Luis López Arangueren, que em suas obras *Ética de la felicidad y otras lenguajes* e *La juventud europea e otros ensayos* nos oferece interessantes pautas para refletirmos. Partindo da importância do trabalho em nossa vida atual, o autor entende que o ócio, no sentido autotélico ao qual nos referimos aqui, passou a ser apreendido como “diversão”.

A ocupação ou “os fazeres” do homem livre do passado medieval não eram ocupações trabalhosas – não consistiam em um tormento - mas sim eram ocupações nas quais havia gosto em realizá-las (...) Para o homem da cidade antiga, o trabalho estava aliado ao prazer na realização de uma obra ou atividade. Por outro lado, para o homem da cidade moderna, o seu “fazer” se transformou em trabalho, e prazer em diversão; agora ambos estão em geral separados (...) O homem agora começa a sair do trabalho para o divertimento e a voltar deste para o trabalho, e estes em geral nunca convocam em si o festejar ou o ócio (ARANGUREN, 1992, p. 29-30).

Para o autor, essa mudança é nefasta porque propicia a degradação da condição humana, pois o ócio (como presença integral na ação) enriquece a experiência e o homem. A ociosidade, por sua vez, degrada-o. E a diversão, quando deixa de ser mera pausa para o descanso, converte-se no sentido da existência (ARANGUREN, 1968).

Na obra do referido autor, ócio e diversão possuem sentidos em certa medida opostos. Arangueren (1968) compartilha de Aristóteles a ideia de que o jogo e o entretenimento nos servem para descansarmos da monotonia das ocupações de um trabalho alienado, e isso está ajustado à ideia de jogo/entretenimento como atividade realizada no tempo liberado das obrigações. Assim, o autor nega a correlação que poderia existir entre ócio, entretenimento e jogo – ou nega que sejam conceitos semelhantes. Para Arangueren (1968), o ócio é desenvolvimento humano e a diversão é descanso, relaxamento de ocupações em geral obrigatórias.

Na mesma referência anterior, o autor afirma que, do mesmo modo que a vida antiga estava fundada no ócio, a medieval na festa e a moderna no trabalho, a evolução social a partir da segunda metade do século XX corria o risco de ter seu ponto de destaque na diversão. O problema se

agravaria quando a diversão e o ócio se confundissem no mesmo conceito; isso seria equivocado, pois a diversão é entendida aqui como manipulada de forma a atingir interesses externos, o que leva os sujeitos à alienação.

As diversões próprias de nosso tempo – por exemplo, em nossas cidades – apresentam uma tendência a uma padronização que leva à massificação. O homem que assiste a um espetáculo de grande porte se integra ao nível das massas, orientadas por determinadas tendências ou por um tipo específico de consumidor. Sabemos que os espetáculos de massa são expressões do nosso tempo e estão identificados, por exemplo, pelas imagens de celebridades – como um jogador de futebol que representa da melhor maneira seu time, seu clube. Assim, socializando esta identificação comum, as massas também socializam a vida, e esta se converte numa possibilidade única para os espectadores. O uso social da diversão se impõe extrinsecamente aos indivíduos, que são arrastados pelos valores do coletivo. As diversões de massa – e, apenas para citar um exemplo, o futebol mais que nenhuma outra – são estupefacentes neste sentido. Sim, são estupefacentes não unicamente porque distraem ou divertem as pessoas fazendo com que estas se esvaziem de sua subjetividade, mas também porque as convocam para um padrão massificador, tornando-as pessoas frenéticas, levando os torcedores e representantes a uma despersonalização, uma vez que se massificam. Nesse sentido, a diversão massiva despersonaliza, assim como o trabalho fragmentado e automático também é despersonalizador (ARANGUREN, 1992, 52-3).

A crítica à diversão tomada como ócio, especificamente à diversão massificada que comentamos no parágrafo anterior, leva Aranguren (1968) a pensar que a sociedade do nosso tempo está prestes a retomar a cultura do pensamento sobre ócio como desenvolvimento humano, própria do mundo antigo. O desenvolvimento humano como referência de um ócio possível nos nossos dias foi, e continua sendo, o horizonte do ócio que chamamos de *humanista* (CUENCA, 2000) ou de *valioso* (CUENCA, 2014). Tratamos dessas duas dimensões em dois livros nos quais recolhemos o pensamento dos autores clássicos e modernos que defenderam a proposta de um ócio positivo.

Sobre ócio positivo, convoca-se um conhecimento profundo de seus processos, dificuldades e benefícios. Nesse aspecto, ao refletirmos sobre a relação do ócio com o desenvolvimento humano (no caso, a partir do pensamento de Aristóteles), sugerimos fazer referência à Declaração das Nações Unidas, quando esta coloca a felicidade como um processo holístico de desenvolvimento (ONU, 2013). Nesta possibilidade, percebemos as iniciativas direcionadas ao alcance do objetivo de se medir o bem-estar das populações para além de seu PIB. Não surpreende que, como está na Declaração da ONU, o enfoque na felicidade esteja ligado ao pensar o desenvolvimento humano.

No seu tempo, Aristóteles se utilizou do termo *eudaimonia*, atribuindo a ele o significado de “felicidade” para descrever o que seria uma vida “bem vivida”. Na atualização do conceito de felicidade, a eudaimonia viria a agregar não apenas “satisfação”, mas também um propósito de autonomia, uma aceitação de si mesmo, o que estabelece uma conexão com a sensação psicológica de vitalidade. E aqui se observa um novo modo de se interpretar a felicidade a partir de Aristóteles, considerada elemento essencial para a compreensão do significado de ócio, segundo o filósofo em *A Política*.

É certo que a referência a Aristóteles sempre esteve em foco. Uma amostra disso encontramos tanto em Amartya Sen (SEN, 2000) quanto em Martha Nussbaum (NUSSBAUM, 2012), que se inspiraram na obra de Aristóteles que comentamos, além de outros reconhecidos pensadores. Sen, por exemplo, se apoia na *Ética a Nicômaco* para afirmar que o dinheiro não é mais que um instrumento para se conseguir outro fim, sustentando que a importância da riqueza reside, de fato, não nela mesma, mas sim nas coisas que podemos ter a partir dela (SEN, 2000). Nussbaum segue o mesmo caminho quando assinala que “a fonte da recente história ocidental mais importante está no pensamento político e ético de Aristóteles” (NUSSBAUM, 2012, p. 151).

Isso nos faz acreditar na ideia de que a felicidade é a referência maior do ócio autotélico em nossos tempos, pelo fato de que resguarda grande potencial para os sentidos da vida e do desenvolvimento humano. E estes são aspectos que vão muito além da mera diversão.

ÂMBITO AUTÔNOMO E DIFERENCIADO

A autonomia em seu caráter diferenciado foi a segunda característica do ócio autotélico comentada aqui. Partimos do avanço histórico que seu significado sofreu para a compreensão da dignidade do trabalho e a supressão da escravidão, noções muito distantes do tempo no qual Aristóteles viveu. É importante recordar que o ócio, de acordo com o filósofo, independe do trabalho e é algo inerente ao ser humano livre. Nesse caso, a situação encontrada nos séculos passados ou na atualidade não é precisamente um diferencial. Múltiplos pensadores conscientes das mudanças sócio-históricas chamaram atenção para a necessidade de se revisar esse aspecto. Vamos a alguns deles.

Começaremos por um autor muito significativo, Joseph Pieper (PIEPER, 1962). Contrariamente ao que se pensava antes, ele defende que o ócio não deve possuir seu sentido atrelado ao trabalho; mas, ao contrário, o trabalho (assim como a própria vida) deve ter seu sentido atrelado à vivência autêntica da felicidade, o que corresponde aqui à noção de ócio.

Da mesma forma como pensou Aristóteles, Pieper (1962) destaca a diferença entre ócio e trabalho, porém, neste caso, buscando a harmonia entre ambos e convocando o autotelismo no caso do ócio.

O autor não coloca os termos “trabalho” e “ócio” como opostos, mas sim como complementares, demarcando que a existência do ócio não está justificada pela virtude do trabalho, nem o contrário. Necessitamos estar ocupados e nos sentirmos úteis, sim, mas existem múltiplos modos de nos realizarmos e nos desenvolvermos como pessoa. Essas necessidades podem ser satisfeitas no trabalho e no ócio, pois ambas as realidades se unificam e se confundem e, também, se distanciam e se separam.

Sua crítica à excessiva valorização do trabalho é compartilhada por Entralgo (1960), Dumazedier (1964, 1980) e muitos outros, seguindo pertinente em nossos dias. A exigência cada vez maior de especialização em determinados conhecimentos nos afasta da visão do todo inerente ao conjunto e do sentido de nossa existência cotidiana. Na visão de Pieper (1962), nestes termos, o ócio se converte no novo âmbito para o desenvolvimento humano, pois através dele acessaremos os saberes necessários para, a partir de uma vertente não utilitarista da produtividade, incrementar nossas potencialidades e identidades pessoais.

O autor se perguntava se seria possível reconquistar e manter, diante das pressões do mundo totalitário do trabalho, um espaço para o ócio que não fosse apenas “o bem-estar dominical”, mas sim um âmbito onde pudessemos desenvolver verdadeiros aspectos humanos, como a liberdade, a verdadeira educação e a consideração do mundo como um todo integrado (PIEPER, 1962, p. 52).

Ainda na opinião do referido autor, o ócio por excelência não seria a consequência de nenhuma causa, mas sim um amadurecimento da gratuidade do cultivo do ser, do tornar-se pessoa, uma vivência prática e possível dos que estão abertos à experiência.

A diferença entre ócio e jogo convocada por Aristóteles, a qual comentamos anteriormente, foi revisada profundamente por Johan Huizinga em seu *Homo ludens*. Para este autor, o diálogo entre os conceitos de jogo e compromisso nos remete ao ético, pois o jogo se encontra fora da esfera das normas éticas. O jogo em si não é bom nem mau. Mas quando o homem deve tomar a decisão entre, de um lado, realizar algo de fato desejado por sua vontade e comprometimento e, de outro, algo que lhe é prescrito como jogo, então sua consciência ética lhe oferecerá a pedra de toque (HUIZINGA, 1987, p. 277).

Esta questão nos leva a um dos aspectos mais interessantes nos estudos de Huizinga: a reinvidicação do jogo como fundamento essencial da condição humana, algo que antes era inerente ao ócio. Temos que lembrar que o autor toma o jogo em um sentido geral, podendo ser traduzido inclusive como o sentido lúdico da vida. Nesta perspectiva, *Homo ludens*

ultrapassa a reivindicação do jogo e chega ao âmbito do ócio.

Convém recordar que, no pensando de Huizinga, encontramos duas acepções diferenciadas sobre o jogo: uma está relacionada ao desenvolvimento das funções biológicas e a outra, poderíamos afirmar, é especificamente da natureza humana integral. A primeira acepção nos oferece o entendimento da ocupação do tempo como recreio e diversão; já a segunda, nos situa face à função cultural que, do ponto de vista social e comunitário da pessoa, proporciona crescimento e desenvolvimento.

Para Huizinga, as formas superiores do jogo humano – aquelas nas quais o jogo adquire sentido – estão relacionadas às festas, às celebrações, aos cultos etc. Mas também poderíamos agregar nelas o ócio autotélico. Essas reflexões abrem um horizonte de valor às práticas lúdicas como formas superiores de jogo. Tanto é assim que, por exemplo, nos esportes, é considerado potencialidade o desenvolvimento físico e ético dos seus praticantes, como também na dança, na qual outros elementos interveem e incidem sobre a educação física e estética.

A concepção de jogo de Huizinga nos permite ampliar o conceito de ócio oriundo do pensamento clássico, adaptando-o a uma realidade muito próxima do mundo contemporâneo. Como o ócio, jogar é uma atividade livre, agradável, inútil e que se desenvolve nos limites organizados de espaço e tempo. lembrando que é necessássi-nala uma diferença clara entre as formas inferiores e superiores do jogo, permitindo com isso observar A a

Da mesma forma que o ócio, o jogo é livre e sua satisfação advém de sua prática. Não há outro objetivo além deste, daí que se diz que nele há certo caráter autotélico. Não obstante, convém recordar que o autor assinala uma diferença clara entre o que ele chama de “formas inferiores e superiores” de jogo, lembrando que é necessário, para isso, observar o objetivo do jogo em questão – enquanto diversão vulgar ou enquanto âmbito de desenvolvimento humano.

EXERCÍCIO INTELCTUAL

A terceira característica que destacamos na reflexão sobre ócio autotélico reside no exercício da faculdade especulativa e intelectual do ser humano. Este exercício acontece de diversas formas: vai da simples consciência sobre o que se faz ao domínio da “contemplação” e da ação de realizar “elaborações teóricas”.

Chamamos a atenção para os termos “contemplação” e “elaborações teóricas”, uma vez que eles não devem ser entendidos em sua concepção imediata atual, mas sim em sua acepção grega, sob a qual pensou Aristóteles. Hoje, no caso, teríamos que interpretá-los de outra maneira. Pieper propôs uma atualização do ócio autotélico no século XX e o sintetizou de

forma breve ao dizer que “o ócio autotélico é um estado da alma” (PIEPER, 1974, p. 45). Para ele, a experiência de ócio está diretamente relacionada à concepção receptiva e contemplativa do ser, porque “no ócio reside a afirmação: não é simplesmente o mesmo que ausência de atividades, não é o mesmo que tranquilidade e silêncio” (PIEPER, 1962, p. 48). E complementa: “Apenas pode afirmar existir ócio quando o homem se encontra consigo mesmo, quando apreende em si seu mais autêntico ser” (PIEPER, 1962, p. 44).

Essa interpretação abre inúmeras portas para compreender os vários tipos de ócio, tendo em conta que este último é sempre entendido como atitude livre e consciente, que se abre ao conhecimento, à superação e está direcionado ao encontro consigo mesmo.

Para María Luisa Amigo (AMIGO, 2000, 2014a, 2014b), o fato de o ócio estar ligado a uma atividade mental facilita a sua aproximação com diversos campos, entre eles sua valorosa dimensão estética.

Se a vida dedicada à atividade da mente é a forma mais excelsa de realização, analogamente e na medida em que se exercite a compreensão, a experiência estética permitirá uma valorização semelhante e possibilitará prazer intelectual; se situará na perspectiva do valoroso, quer dizer, do que é bom e desejável para o ser humano (AMIGO, 2014, p. 454).

Dessa forma, no caso específico de uma peça trágica, a autora considera que o fenômeno estético – tal como pensou Aristóteles – reside na identificação empática do espectador com os fatos que ele considera verossímeis na tragédia, como se pudessem acontecer com ele ou, pelo menos, estivessem de alguma forma dentro do seu contexto. O filósofo vincula a experiência de ócio que acontece na vivência da representação de uma dada obra com os sentimentos de compaixão e temor; o temor situa o âmbito da compreensão do espectador e sua implicação pessoal, mas o que interessa é que isso desperta o sentimento de compaixão e desencadeia um juízo ético. Assim sendo, poderíamos dizer que a experiência estética se encarrega do valor ético (AMIGO, 2014b p. 455).

A partir do exposto, pode-se concluir que a experiência de ócio estético é duplamente valiosa; por um lado, porque se situa no encaminhamento do bem e do desejável para o ser humano, por outro, porque com ele se exercita a contemplação – a atividade superior – desvelando a valoração ética na experiência estética. A visão aristotélica, a partir do exemplo da peça trágica, permite, por extensão, a ampliação do ócio estético. Mas, além disso, oferece a base para a valorização do exercício intelectual do ócio autotélico que está no âmbito do valioso, ajustado à vida do ser humano.

Essas reflexões nos fazem ver que o exercício intelectual deve ser entendido em seu sentido mais amplo e complexo, especialmente quando o relacionamos com as experiências de ócio. É precisamente aí, no termo

“experiência”, que gostaríamos de nos deter um pouco mais com o fim de esclarecer sua relação com o exercício intelectual.

Centrando-nos no significado das experiências, Cuenca Amigo (2012, p. 87) pontua que Walter Benjamin foi possivelmente o primeiro a diferenciar a experiência valorosa do cotidiano das demais experiências ordinárias. No artigo *Experiência y Pobreza* (Benjamin, 1973), o autor define com precisão a clara diferença entre experiência e vivência que, neste caso, pode nos ajudar a compreender o que vem a ser o ócio e suas possibilidades valiosas.

Para ele, a experiência resguarda uma longa história junto a um esforço sistemático e acumulativo próprio do ócio clássico. A vivência é mais recente, é uma novidade, mantém relação com a atividade agradável e de certa forma também livre, caracterizando-se pela descontinuidade, pelo descompromisso e pela falta de sistematização. Em uma acepção mais atual, poderíamos dizer que as vivências se configuram como o lazer atrelado ao ato de consumir; em oposição a isso, há um ócio mais experiencial, substancial e autêntico. Diante desse aspecto, podemos afirmar que nas experiências de ócio há certa estabilidade e sistematização, e as vivências, por sua vez, se caracterizam pela instabilidade assistemática e pelo predomínio do hedonismo, da fugacidade e da satisfação imediata.

A investigação de Cuenca Amigo (2012) aponta que a condição do ócio experiencial é o exercício intelectual, pois para que o primeiro aconteça, é requerida uma interpretação orientada ao interior, essencial para que o sujeito se perceba quando da fruição da experiência. Seguindo nessa mesma linha de pensamento, poderíamos dizer que a experiência de ócio tem seu valor graças ao processo interpretativo integral que é resultado da união das circunstâncias objetivas e subjetivas de cada sujeito, como resalta Cuenca Amigo (2012).

Não importa tanto se as experiências de ócio autotélico possuem caráter lúdico, criativo, festivo, ambiental-ecológico ou solidário como acesso aos diferentes graus de intensidade e integralidade (CUENCA; GOYTIA, 2012). Na verdade, as experiências de ócio passam a ter seu valor pessoal quando orientadas pelo interesse do sujeito que as experimenta, pois, assim, orientadas ao interior, o sujeito da experiência se autodescobre usufruindo do que realiza. Aí se revelam os resultados da investigação *El valor de la experiencia de ocio en la modernidad tardia*, de Jaime Cuenca (2012). Nas palavras do autor, não é que o ócio aconteça quando se ajustam certas circunstâncias subjetivas com outras de natureza objetiva (como experimentar sensação de prazer no tempo livre), mas sim quando as circunstâncias objetivas e subjetivas chegam integradas em um processo interpretativo que as interliga em apenas uma unidade de significado.

Aqui está uma visão atualizada para ser levada em conta ao tentarmos compreender o exercício intelectual da experiência de ócio autotélico

no século XXI. Para finalizar este raciocínio, podemos afirmar que o exercício “intelectual” e “teórico” que Aristóteles atribui ao ócio autotélico deveria ser entendido, na atualidade, a partir do ponto de vista experiencial, como um processo integrado no qual a mente nos permite compreender e interpretar o mundo de forma satisfatória, inerente aos nossos valores.

A experiência de ócio autotélico em nossos tempos é complexa; segundo Aranguren (1992), o verdadeiro ócio, aquele capaz de enriquecer a natureza humana, requer uma preparação prévia, necessária, pois “todos somos capazes de folgar e divertir-se, mas nem todos estão preparados para o ócio” (ARANGUREN, 1992, p. 55).

A formação e a preparação para o ócio convocam o desenvolvimento de valores, atitudes e destrezas que melhoram a capacidade de ação, compreensão e interpretação já comentadas. Daí que a educação para o ócio não se refere a uma ação para a infância, mas deve atingir todas as pessoas em qualquer idade (CARIDE, 2012; KLEIBER; BAYÓN; CUENCA AMIGO, 2012; CABALLO; CARIDE; MEIRA, 2011).

A educação para o ócio integra a formação ao longo da vida, tal como ocorre com o próprio ócio e seu ajustamento às diferentes etapas do ciclo vital. Dessa forma, é importante seguir aprofundando os conhecimentos sobre os itinerários vitais do ócio (MONTEAGUDO; CUENCA, 2012).

No texto *El problema del tiempo libre*, E. Weber (1969) apontava que “o que dá sentido ao ócio é algo que não se pode organizar, dispor, nem direcionar, nem mesmo é algo que venha oferecido por antecipação, e que também não surge automaticamente se não o cultivamos” (p. 281). Entre todos esses extremos, a pedagogia do ócio busca encontrar um caminho rumo a um equilíbrio razoável que, no entanto, não será possível sem conflitos (WEBER, 1969). Assim, o ócio pode ser, de fato, um caminho fácil para o encontro com um mundo diferente, no qual podemos ser nós mesmos e possamos conseguir forças para enfrentarmos as exigências da cultura contemporânea (KRIEKEMANS, 1973).

ÚLTIMAS PALAVRAS

Devo finalizar estas páginas retomando e resumindo o conceito de ócio autotélico, ao qual tão frequentemente faço referência nos meus escritos. Sou consciente das lacunas neste trabalho. Sei também que poderia ter comentado outros aspectos, mas o espaço limitado me levou a selecionar algumas ideias básicas para o entendimento do assunto, uma vez que o foco escolhido foi a perspectiva do pensamento de Aristóteles e sua atualização. Em suma, o ócio autotélico nos chega como uma realidade possível, como entidade em si mesma, dependente essencialmente da atitude e aptidão das pessoas.

Diante do ócio tomado como ocupação no tempo livre e diversão (lazer), que a sociedade do consumo converteu em ferramenta para reprodução econômica e ideológica (ARAGÚES, 2012), o ócio autotélico que emerge do pensamento aristotélico nos convida a cultivar um âmbito experiencial autônomo, não dependente do mundo do trabalho, da produção ou da utilidade, mas sim orientado ao desenvolvimento e à felicidade das pessoas e das comunidades. Uma dimensão que encontra seu sentido no exercício integral, no qual não podem faltar a reflexão e o conhecimento que nos permitam a auto superação.

Um ócio que, como demarca E. Weber, não se descobre automaticamente se não for cultivado – daí a importância da formação integral como prefácio da liberdade e da consciência imprescindíveis. Formação não no sentido escolar e formal, como sempre pensamos, mas formação entendida como auto superação através de uma ação em harmonia com a compreensão e interpretação orientadas ao interior; uma ação integral capaz de unir circunstâncias objetivas e subjetivas em um processo de fusão o qual desencadeie uma só unidade de significado.

Venho estudando o ócio em suas mais diversas manifestações há mais de 40 anos, e grande parte de minhas publicações estão associadas a pesquisas empíricas às quais aqui, conscientemente, preferi não fazer alusão. Muitas das afirmações feitas ao longo deste texto resguardam referências científicas que as sustentam do ponto de vista empírico. Mas, em meio a tantas estatísticas e números, estamos nos esquecendo da sabedoria tradicional e do conhecimento clássico, antigo, específicos de cada tempo, não por isso carentes de aceitação universal própria da condição humana, que nunca perdem sua atualidade.

Por essa razão, eu quis voltar às fontes com o intuito de responder a uma pergunta que ainda hoje muitas pessoas continuam me fazendo:

“Então, professor, o tempo livre e o ócio são a mesma coisa?”

E eu continuo lembrando a resposta que deu De Grazia em meados do século passado e que repassamos no começo destas páginas.

“Não, claro, que não. O tempo livre existe, pelo menos como categoria social, mas o ócio apenas pode existir para quem sabe o que ele é.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIGO, María Luisa. *El arte como vivencia de ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000.
- AMIGO, María Luisa. *Ocio estético valioso*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2014a.
- AMIGO, María Luisa. *Ocio estético valioso en la Poética de Aristóteles*. In: *Pensamiento. Revista de Investigación e Información filosófica*, v. 70, n. 264, Sep/Dic, p. 453- 474, 2014b.
- ARAGÚES, Juan Manuel. *De la vanguardia al cyborg. Aproximaciones al paradigma posmoderno*. Zaragoza: Editorial Eclipsados, 2012.

- ARANGUREN, José Luis. *La juventud europea y otros ensayos*. Barcelona: Seix Barral, 1968.
- ARANGUREN, José Luis. *Ética de la felicidad y otros lenguajes*. Madrid: Técnos, 1992.
- ARISTÓTELES. *Política*. Madrid: Gredos, 1988.
- ARISTÓTELES. *Ética Nicomáquea*. Madrid: Gredos, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Experiencia y pobreza*. In: *Revista Discursos Ininterrumpidos*, v. 4, n. 12, p. 167-173, 1973.
- CABALLO, M. B.; CARIDE, J. A.; MEIRA, P. A. *El tiempo como contexto y pretexto educativo en la sociedad red*. In: *Revista de Intervención Socioeducativa*, v. 2, n. 47, p. 11-24, 2011.
- CARIDE, J. A. *Lo que el tiempo educa: el ocio como construcción pedagógica y social*. In: *Revista ARBOR*, v. 188, n. 32, p. 301-313, 2012.
- CUENCA AMIGO, Jaime. *El valor de la experiencia de ocio en la modernidad tardía. Génesis y condiciones de posibilidad*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2012.
- CUENCA, Manuel. *Temas de Pedagogía del Ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1998.
- CUENCA, Manuel. *Ocio humanista. Dimensiones y manifestaciones actuales del Ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000.
- CUENCA, Manuel. *El ocio como experiencia humana*. In: ADOZ, *Revista de Estudios de Ocio*, v. 2, n. 28, p. 15-18, 2004.
- CUENCA, Manuel. *¿Qué es el Ocio? 20 respuestas clásicas y un testimonio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2009.
- CUENCA, M.; GOYTIA, *Prat*. *Ocio experiencial: antecedentes y características*. In: *ARBOR, Revista de Ciencia, Pensamiento y Cultura*, v. 30, n. 754, p. 265-281, 2012.
- CUENCA, Manuel. *Zer da Aisia?* Bilbao: Universidad de Deusto, 2012.
- CUENCA, Manuel. *Ocio, desarrollo humano y ciudadanías*. In: TABARES, J. F. (Ed.) *Educación Física, Deporte, Recreación y Actividad Física: construcción de ciudadanías*. Medellín: Instituto Universitario de Educación Física, p. 53-74, 2013.
- CUENCA, Manuel. *Ocio valioso*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2014a.
- CUENCA, Manuel. *Aproximación al ocio valioso*. In: *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 1, n. 1, p. 21-41, 2014b.
- DE GRAZIA, Sebastian. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madrid: Técnos, 1966.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Hacia una civilización del ocio*. Barcelona: Estela, 1964.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Significación del Ocio en una sociedad industrial y democrática*. In: JUIF, P.; LEGRAND, L. *Grandes orientaciones de la Pedagogía contemporánea* (Orgs.), Madrid: Narcea, p. 357-365, 1980.
- ELIAS, N.; DUNMING, E. *El ocio en el espectro del tiempo libre*. In: ELIAS, N.; DUNMING, E. (Eds). *Deporte y Ocio en el proceso de Civilización*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, p. 117-156, 1992.
- ENTRALGO, Pedro. *Ocio y Trabajo*. Madrid: Occidente, 1960.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*. Madrid: Alianza, 1987.
- KLEIBER, D. A.; BAYÓN, F. Y; CUENCA AMIGO, J. *Leisure Education for Retirement Preparation in the United States and Spain*. In: *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, v. 4, n. 20, p. 137-176, 2012.
- KRIEKEMANS, A. *Pedagogía General*. Barcelona: Herder, 1973.

- MONTEAGUDO, M. J.; CUENCA, M. *Los itinerarios de ocio desde la investigación: Tendencias, retos y aportaciones*. In: Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria, v. 7, n. 19, p. 103-135, 2012.
- NUSSBAUM, Martha. *Crear capacidades: Propuesta para el desarrollo humano*. Barcelona: Paidós, 2012.
- ONU (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS). *La felicidad: hacia un enfoque holístico del desarrollo*. ONU, 2013. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/65/309&Lang=S. Acesso em: 16 de janeiro de 2013.